

BOLETIM Nº 159/2023

Foram registrados neste Departamento, para os devidos e correspondentes efeitos, os seguintes atos do Senhor Governador do Estado:

PADM Nº 023412.04.0171.2022
NUP Nº 00500.000067/2023-16

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.295/23** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº **023412.04.0171.2022 (NUP nº 00500.000067/2023-16)**, no qual o **Soldado QPM-1 ÉRIC BEZERRA ARAÚJO**, identidade funcional/vínculo nº 4512014/01, figura como indiciado:

1) AFASTA A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva da Administração Pública; e,

2) DECLARA INCAPAZ de permanecer na Brigada Militar, e **APLICA A PENA DE LICENCIAMENTO**, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, cumulado com o artigo 128 da Lei Complementar nº 10.990/97, por considerá-lo não justificado e culpado, eis que incurso no artigo 7º, § 2º, inciso I, por inobservância do número 1, do inciso III (por duas vezes), do número 1, do inciso II, e do número 17, também do inciso III, todos do Anexo I, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, além de estar presente a agravante do inciso II do artigo 36, do mesmo Regulamento Disciplinar, por violação ao artigo 25, incisos I, II, V, XIII, XVI e XVII, da Lei Complementar Estadual nº 10.990/97.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

PADM Nº 018884.04.5533.2021
NUP Nº 00500.000075/2023-54

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.296/23** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº **018884.04.5533.2021 (NUP Nº 00500.000075/2023-54)**, no qual o **Soldado QPM-1 LORENZO RAMOS GONÇALVES**, identidade funcional/vínculo nº 4511921/01, figura como indiciado:

1) AFASTA A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva da Administração Pública; e,

2) APLICA A PENA DE LICENCIAMENTO, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas "b" e "c", do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, cumulado com o artigo 128, inciso II, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 10.990/97, por considerá-lo não justificado e culpado, eis que incurso no artigo 7º, § 2º, inciso I, por inobservância dos números 1, 27 e 38, do inciso III, do Anexo I, e, ainda, incurso no artigo 7º, § 2º, inciso II, todos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, por violação ao artigo 25, incisos XIII e XVI e ao artigo 29, inciso III, ambos da Lei Complementar nº 10.990/97.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

PADM Nº 027023.04.5533.2023
NUP Nº 00500.000080/2023-67

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.297/23** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº **027023.04.5533.2023 (NUP nº 00500.000080/2023-67)**, no qual o **Soldado QPM-1 JOÃO VICTOR ALVES VIANA**, identidade funcional/vínculo nº 4513541/01, figura como indiciado:

1) AFASTA A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva da Administração Pública; e,

2) APLICA A PENA DE LICENCIAMENTO, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", e no artigo 9º, inciso V, ambos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, cumulado com o artigo 128, inciso II, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 10.990/97, por considerá-lo não justificado e culpado, eis que incurso no artigo 7º, § 2º, inciso I, por inobservância dos números 1, 3, 18, 19, 38 e 52, do inciso III, do Anexo I, e, ainda, incurso no artigo 7º, § 2º, inciso II, todos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, por violação ao artigo 25, incisos II, III, XIII e XVII e ao artigo 29, inciso III, ambos da Lei Complementar nº 10.990/97.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

PADM Nº 024712.04.0371.2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.298/23** da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº 024712.04.0371.2022 (NUP nº 00500.000095/2023-25), no qual o **Soldado QPM-1 GABRIEL PEREIRA**, identidade funcional/vínculo nº 4519566/01, figura como indiciado:

1) **AFASTA A PRESCRIÇÃO** da pretensão punitiva da Administração Pública; e,

2) **DECLARA INCAPAZ** de permanecer na Brigada Militar, e **APLICA A PENA DE LICENCIAMENTO**, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas "a" "b" e "c", do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, cumulado com o artigo 128, inciso II, § 2º, inciso III, e § 5º, da Lei Complementar nº 10.990/97, por considerá-lo não justificado e culpado, eis que incurso no artigo 7º, § 2º, incisos I e II (2 vezes), por inobservância dos números 1, 3 (2 vezes), e 7 (2 vezes), do inciso III, do Anexo I, todos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, por violação ao artigo 25, incisos I, II, V, VII, XIV e XVII (2 vezes), da Lei Complementar nº 10.990/97.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.299/23** da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO e, tendo em vista o que consta do Conselho de Disciplina nº 000106-12.03/20-1:

1) **DECLARA EXTINTA** a pretensão punitiva da Administração Pública pela prescrição, em relação aos fatos 1, 2, 3 e 4, ao 3º Sargento QPM-1 **MARCOS ANDRÉ REDEL**, identidade funcional/vínculo nº 2313200/01; em relação ao 1º fato ao 3º Sargento QPM-1 **ALFREDO WODZIK**, identidade funcional/vínculo nº 2235560/01; em relação ao 2º fato ao Soldado QPM-1 **VAGNER RICARDO ZUCHI**, identidade funcional/vínculo nº 2913925/01; e em relação ao 2º fato ao 3º Sargento QPM-1 **LEANDRO DALLA VALLE**, identidade funcional/vínculo nº 2294575/01;

2) **ABSOLVE**, em relação ao 1º fato imputado no libelo acusatório, o Soldado QPM-1 **VAGNER RICARDO ZUCHI**, identidade funcional/vínculo nº 2913925/01 e o 3º Sargento QPM-1 **LEANDRO DALLA VALLE**, identidade funcional/vínculo nº 2294575/01, em relação ao 1º fato imputado no libelo acusatório;

3) **DECLARA CAPAZ** de permanecer na Brigada Militar e **APLICA A PENA** de **DETENÇÃO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, com prejuízo ao serviço, ao 3º Sargento QPM-1 **MARCOS ANDRÉ REDEL**, identidade funcional/vínculo nº 2313200/01, em relação ao 5º fato (parcialmente) descrito no libelo acusatório, por ter violado as disposições previstas nos artigos 25, *caput*, incisos I, II, VIII e XVII, e 29, *caput*, incisos IV e V, ambos da Lei Complementar Estadual nº 10.990/97, bem como os números 1 e 38 do item III, e 30 do item II, todos do Anexo I do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, e afastando, porém, o seu cumprimento em razão de não mais integrar o serviço ativo da Brigada Militar, sem prejuízo das formalidades internas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 2º, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar.

4) **DECLARA CAPAZ** de permanecer na Brigada Militar e **APLICA A PENA** de **DETENÇÃO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, com prejuízo ao serviço, ao 3º Sargento QPM-1 **ALFREDO WODZIK**, identidade funcional/vínculo nº 2235560/01, em relação ao 2º fato descrito no libelo acusatório, por ter violado as disposições previstas nos números 17 e 61 do item III, ambos do Anexo I do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, bem como por ter contrariado o disposto na NI LPO nº 002.4, alínea "h", item 8 e, em relação ao 3º fato (parcialmente) descrito no libelo acusatório, por infringência aos números 1, 3 e 7, todos do item III, do Anexo I do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, e afastando, porém, o seu cumprimento em razão de não mais integrar o serviço ativo da Brigada Militar, sem prejuízo das formalidades internas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 2º, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Secretaria da Segurança Pública para ciência dos interessados e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.300/23** da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº 000189-12.03/21-2, no qual o Soldado QPM-1 **THIAGO ALMEIDA SIQUEIRA**, identidade funcional/vínculo nº 4510151/01, figura como indiciado:

1) **AFASTA A PRESCRIÇÃO** da pretensão punitiva da Administração Pública;

2) **DECLARA INCAPAZ** de permanecer na Brigada Militar e **APLICA A PENA** de **LICENCIAMENTO**, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas "b" e "c", do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, combinado o artigo 128, inciso II, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 10.990/97, por incurso no artigo 7º, § 2º, inciso I, por inobservância dos nºs 1, 27 e 38 do inciso III, do Anexo I do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, bem como no artigo 7º, § 2º, inciso II, do mesmo diploma legal, por infringência aos artigos 24, inciso II, 25, incisos I, V, XII, XIII, XVI e XVII, e 29, incisos III e V, todos da Lei Complementar nº 10.990/97.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Secretaria da Segurança Pública para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.301/23** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº 000190-12.03/21-0, no qual o **Soldado RAFAEL DE OLIVEIRA TEIXEIRA**, identidade funcional/vínculo nº 4521633/01, figura como indiciado:

1) AFASTA A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva da Administração Pública;

2) DECLARA INCAPAZ de permanecer na Brigada Militar e **APLICA A PENA de LICENCIAMENTO**, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 9º, inciso V, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04, combinado com o artigo 128, inciso II, § 2º, inciso III, e § 5º, da Lei Complementar nº 10.990/97, por infringência ao inciso I do § 2º do artigo 7º, combinado com o item 1 do inciso III, do Anexo I, todos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, bem como no inciso II do §2º do artigo 7º do mesmo diploma legal, combinado com o artigo 25, incisos XIII e XVI, da Lei Complementar nº 10.990/97, nos termos das alíneas “b” e “c”, do inciso I, do artigo 15, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Secretaria da Segurança Pública para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

PADM Nº 027516.04.0438.2023
NUP Nº 00500.000196/2023-04

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº 20.302/23** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº **027516.04.0438.2023 (NUP nº 00500.000196/2023-04)**, no qual o **Soldado QPM-1 LUIZ HENRIQUE RODRIGUES**, identidade funcional/vínculo nº 4528158/01, figura como indiciado:

1) AFASTA A PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva da Administração Pública; e,

2) DECLARA INCAPAZ de permanecer na Brigada Militar e **APLICA A PENA de LICENCIAMENTO**, a bem da disciplina, com fundamento no artigo 15, inciso I, alíneas “b” e “c” cumulado com o artigo 9º, inciso V, ambos do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, aprovado pelo Decreto Estadual nº 43.245/04; e no artigo 128, inciso II, cumulado com § 2º, inciso III, e § 5º da Lei Complementar Estadual nº 10.990/97, por considerá-lo não justificado e culpado, eis que incurso nos itens 22 e 23 do inciso II (de natureza média, duas vezes) e itens 38 e 61 do inciso III (de natureza grave, duas vezes), do Anexo I do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, bem como no artigo 7º, § 2º, inciso II do mesmo diploma legal, como violação ao artigo 24, incisos I e II; artigo 25, incisos X, XII, XIII, XVI, XVII e artigo 29, incisos I e V, todos da Lei Complementar Estadual nº 10.990/97, com reconhecimento da atenuante do artigo 35, inciso IV e agravantes do artigo 36, incisos II e VI, alínea “e” do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 06 de novembro de 2023.

PADM Nº 030476.04.0744.2023
NUP Nº 00500.000171/2023-01

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de suas atribuições, aprova o **PARECER Nº** da **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO** e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar Militar nº **030476.04.0744.2023 (NUP nº 00500.000171/2023-01)**, no qual o **Soldado QPM-1 GABRIEL HINTERHOLZ DA ROSA**, identidade funcional/vínculo nº 4524640/01, figura como indiciado, **RECONHECE PREJUDICIALIDADE EXTERNA** ao Processo Administrativo Disciplinar Militar, consistente na antecipação de tutela concedida nos autos do Processo Judicial Militar nº 0070766-29.2023.9.21.0002/RS, obstativa da aplicação de penalidade até o julgamento final e **DETERMINA A DEVOLUÇÃO** do processo à Brigada Militar para, à vista da data da estabilidade, realizar a apuração dos fatos pelo rito procedimental de Conselho de Disciplina.

À Procuradoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis. Após, à Brigada Militar para ciência do interessado e demais providências pertinentes.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 09 de novembro de 2023.

Registre-se e publique-se.

Marcelo dos Santos Frizzo,
Diretor do Departamento de Administração.